**A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA EM ÁFRICA E A CONSTRUÇÃO DO
ESTADO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU**

BESNA MANÉ

Licenciando em Sociologia

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO BRASILEIRA (UNILAB)**

Instituto de Humanidades

E-mail: besnaman2013@outlook.com

Resumo:

Este trabalho tem como tema a independência política em África e a construção do Estado: o caso da Guiné-Bissau. Nesse ensejo, a colonização da África iniciou-se com a ocupação efetiva europeia. Essa ocupação do território africano teve na sua base a exploração das matérias primas e de certa forma, o domínio político do continente pelas potências europeias. A descolonização de África começou a partir dos anos de 1950, é um processo de emancipação política das colônias. Portanto, independência consiste no próprio termo do conceito da condição de um país livre que não deve obediência à sua metrópole. A elite política desencadeou-se a luta armada e passiva pela independência política dos países e construindo um Estado independente. Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender a independência africana até ao momento da sua autonomia política de construção de um Estado nacional com ênfase na Guiné-Bissau. Quanto à realização deste estudo recorre-se a um estudo bibliográfico especificamente (livros, teses, dissertações e artigos) para a construção do embasamento teórico e uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritivo.

Palavras Chave: África. Guiné-Bissau. Construção de Estado.

Abstract:

This work has as the theme the political independence in Africa and the construction of the state: the case of Guinea-Bissau. In this opportunity, the colonization of Africa began with the effective European occupation. This occupation of African territory was based on the exploitation of raw materials and, in a way, the political dominance of the continent by European powers. The decolonization of Africa started in the 1950s, it is a process of political emancipation of the colonies. Therefore, independence consists of the term of the concept of the condition of a free country that does not owe obedience in its metropolis. However, the political elite unleashed an armed and passive struggle for political independence from countries, building an independent state. This work is justified by the need to understand African independence until the moment of its political autonomy, of building a national state with an emphasis on Guinea-Bissau. As for the realization of this study, a bibliographic study is specifically used (books, theses, dissertations and articles) for the construction of the theoretical basis and a qualitative research of the descriptive type.

Keywords: Africa. Guinea Bissau. State Building.

1. INTRODUÇÃO

A escolha dessa temática partindo do pressuposto de entender como se deu a autonomia política da África e a sua formação dos Estados independentes com o recorte na Guiné-Bissau, um país que faz parte do continente africano invadido por Portugal e que tomou sua independência política através de uma guerra armada. No entanto, vendo desafios e dificuldades na construção do Estado-nação na África, principalmente na Guiné-Bissau é que me fez grudar nesse tema.

A África no sentido geral, após a emancipação total dos territórios dos países que o compõem sucedeu o modelo do Estado ocidental. A descolonização de África começou a partir dos anos de 1950, é um processo de emancipação política das colônias europeias na África até períodos da década de 1960 teve sua fase embrionária de formação chamada “ano africano” com dezessete países africanos tornaram independentes (VISENTINI, 2014).

Nessa época deu-se o início sobre o debate e criação da Organização da Unidade Africana com o objetivo de promover a integração dos países independentes da África, veio a ser reformulado em 2002, como União Africana.

Essa unidade que é tanto almejada por alguns grandes líderes da independência na qualidade do Amílcar Cabral e Kwame Nkrumah que tinham pensamentos de verem a África unida politicamente e economicamente. Por que, que isso não se concretizou até agora? É porque estados africanos ainda não acreditando nas suas independências e com capacidade de Estado para fazer funcionar a máquina burocrática sem auxílio de sua metrópole.

E podemos questionar, que tipo de independência a África teve? Que tipo de modelo de democracia e de Estado o continente tem que seguir? Será que a população da Guiné-Bissau sabe lidar com este modelo do Estado herdada do ocidente? São estas e outras questões que nortearam este trabalho.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender a independência africana até ao momento da sua autonomia política de construção de um Estado nacional com ênfase na Guiné-Bissau e grosso modo, apesar de algumas reflexões em entender a independência africana como caráter do desligamento da ocupação do espaço físico no continente mas ainda permanece um poder simbólico das metrópoles que posso assim

chamar de neocolonialismo. E no sentido geral pensando os referidos conceitos no espaço e no tempo.

Portanto, independência consiste no próprio termo do conceito da condição de um país livre que não deve obediência à metrópole, de modo geral de não se submeter à autoridade nenhuma. Ora, o Estado africano acaba inferiorizando suas próprias leis e convivência para abraçar ordens impostas vindo dos seus parceiros financiadores.

Quanto à realização deste estudo recorreu-se a um estudo bibliográfico especificamente (livros, teses, dissertações e artigos) para a construção do embasamento teórico e uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritivo.

Este artigo tem suas partes fundamentais que pretende trazer à tona a discussão sobre África e de um país em específico. A África é um dos cinco continentes que compõem o mundo, geograficamente. O continente conta com 54 países, que de certa forma foram divididos pela Europa no período da dita “descoberta” que na verdade é a invasão sofrida do continente africano pela Europa. Essa divisão que foi efetuada em novembro de 1884 a fevereiro de 1885, denominado conferência de Berlim.

Nesse ensejo, a colonização da África iniciou-se com a ocupação efetiva europeia, essa ocupação do território africano teve na sua base a exploração das matérias primas e de certa forma, o domínio político do continente pelas potências europeias. No entanto, a elite política desencadeou-se a luta armada e passiva pela independência política dos países que constituem África, daí, começou a fase da descolonização do continente, e Ghana foi primeiro país a tornar se independente, no ano 1957.

A década de 1950 foi reconhecida como resistências dos movimentos urbanos. “Este período constitui um marco na criação de consciências embrionárias, em particular nas colônias africanas de Portugal a partir da inserção dos estudantes africanos na casa do império, sinalizando uma nova compreensão das dinâmicas do colonialismo no continente africano” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 44).

As resistências étnicas inauguraram a primeira fase das resistências colonial e deu azo para que surgissem os movimentos que pretendiam tornar autônoma a governança política da futura Guiné-Bissau pelos seus próprios filhos, culminando com a criação de uma frente única da luta de libertação para independência.

Após a independência na Guiné-Bissau a formação do governo baseou-se, praticamente, nos líderes do PAIGC, sem a participação de outras classes, desde que o próprio Estado não assumiu seus valores culturais dentro da estrutura administrativa, fez com que isso se refletisse até os dias atuais da sociedade guineense.

Historicamente, a democracia foi restituída em meados do século XIX, reconhecida pelo significativo número de alguns países, no caso de continente africano em geral, e só veio a surgir no século XX, após a desocupação colonial. A década de 1990 foi o marco de abertura democrática na Guiné-Bissau cujo o debate se desenhou em 1993, esta discussão teve na origem de surgimento de novos partidos em oposição ao regime duradouro do partido único.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁFRICA

África é um dos cinco continentes que compõem o mundo, geograficamente limita-se ao Norte com o mar Mediterrâneo, a Sul com a confluência dos Oceanos Atlântico e Indico, a Leste com a Ásia e o Oceano Indico e a Oeste com o Oceano Atlântico. No Oceano Indico encontra-se o Madagascar, a maior ilha da África, separada do continente pelo canal que liga a Moçambique.

Este continente conta com 54 países, que de certa forma foram divididos pela Europa no período da dita “descoberta” que na verdade é a invasão sofrida do continente africano pela europeia. Essa divisão que é efetuada em novembro de 1884 a fevereiro de 1885 na conferência de Berlim.

A partir dessa divisão que levou o continente a conhecer suas fronteiras terrestre e regionais através da ocupação europeia, como pode ver a divisão regionais, que, no entanto, são: África do Norte ou Setentrional, África do sul ou meridional, África ocidental, África oriental e África central.

Estas regiões têm seus países que o compõem, entre esses países que fazem parte da África uma minoria que não sofreu ocupação europeia, americana ou espanhola. Vale ressaltar que no continente existe vários tipos de povos e crenças culturais.

2.1 A Colonização em África

Nesse ensejo, a colonização da África iniciou-se com a invasão europeia nos princípios do século XIV. Essa ocupação do território africano teve na sua base a exploração das matérias primas e de certa forma, o domínio político do continente pelas potencias europeias, Aimé Cesaire, (1978) debruçou-se sobre o colonialismo segundo a

sua demonstração aparentemente há dois aspetos: o de um regime de exploração descontrolada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violação, e o de uma forma de pilhagem e também é portador de racismo.

Europeus frequentavam o continente através das suas viagens marítimas e estabeleciam trocas comerciais com africanos desde os princípios do século XIV. Mas, a consistência da ocupação dos territórios africanos aconteceu no século XV e continha as trocas comerciais, no entanto, intensificou-se os interesses, a penetração e interesses no continente e competição sobre o domínio do território africano agravou-se conflitos entre as potencias imperiais daí desencadeou-se a partilha da África com a Conferência de Berlim em 1884, que institui normas para a ocupação.

Em virtude dessa partilha, o continente sofreu a maior desintegração da população que o habita, de certo modo trouxe consigo conflitos entre grupos étnicos de dificuldade na integração cultural sem respeitando as características e crenças culturais de cada povo, entenderam por bem que os povos africanos são mesmos e da mesma cultura. Vale salientar que a divisão para a ocupação, dividiu povos e juntou grupos diferentes, no entanto a África tem diferentes grupos étnicos e costumes diferente.

Podemos levar em consideração a duas reflexões importantes que essa partilha da África trouxe como benefícios para ocupação efetiva e expansão imperialista: primeiro, separou povos e uniu grupos com diferentes culturas e crenças assim, criam conflitos entre grupos étnicos que não conseguem se entender um do outro, nesse ensejo fez divisão para reinar fez disso a fácil penetração e ocupação; segundo, na África as etnias têm suas línguas de modo que essa divisão uniu diferentes povos com diferentes línguas que não facilitam suas comunicações a não ser aprender a língua do colonizador e nas educações escolares permite a alfabetização em línguas estrangeiras. A única arma da permanência da colonização é a língua que serve como veículo da comunicação entre nativos tanto com invasores.

A colonização trouxe consigo um novo modo de convivência para povo africano citando aqui a hierarquia social, os termos usados “civilizados” e “não civilizados” criaram privilegiados entre outros que são chamado de europeus da “segunda categoria”, estes que defendem o interesse do governo colonial.

[...] Se o pequeno colonizador defende o sistema colonial com tanta firmeza, é porque é mais ou menos beneficiário dele. A mistificação reside no fato de que, para defender seus limitadíssimos interesses, ele defende outros infinitamente mais significativos dos quais, por outro lado, é a vítima. Entretanto, ludibriado e vítima, também tira suas vantagens (ALBERT MEMMI, 2007, p. 45).

Estes beneficiam-se dos privilégios e não sofreram como muito dos seus povos e também seus filhos ganharam essas vantagens e direitos atribuídos para frequentarem a escola e receberam a educação escolar na mesma escola com filhos de colonizadores. Portanto, estudaram e concluíram ensino médio e se formaram na metrópole, estes que revoltaram e tomaram o conhecimento do espírito nacionalista e do sofrimento do seu povo.

2.2. O FATOR IDEOLÓGICO DO LÍDER NACIONALISTA PARA INDEPENDÊNCIA AFRICANA E A FASE NEOCOLONIAL NA PÓS-INDEPENDÊNCIA

De fato, despertaram atenção na luta pela independência política dos seus países, [...] “com efeito, a coesão psíquica engendrada pelo afrontamento direto do sistema colonial ganhou relevo com o efeito integrador veiculado pelo fator político-ideológico” [...] (CESAIRE, 1978, p. 10).

O fator ideológico construído pelos líderes nacionalistas para a independência é de nacionalizar esses grupos étnicos que eram divididos para uma luta contra o inimigo comum, porque grupos étnicos sempre criaram revoltas sobre ocupação do seu território significa que a luta deles eram dispersada.

No entanto, a elite política desencadeou-se a luta armada e passiva pela independência política dos países que constituem África, daí, começaram a fase da descolonização do continente, e Ghana como primeiro país a tornar-se independente no ano 1957.

Portanto, a fase da descolonização marcou o início da governação dos países da África pelos seus próprios filhos que contestaram a ocupação política dos seus países pelos invasores. Dessa forma, após a independência do continente, a África continuou a relação e receber ajuda externa dos seus metrópoles. Ao falar sobre isso fizemos a questão de trazer a fala do Kwame Nkrumah, falou que,

assim, embora nominalmente independentes, estes países continuam a viver na relação clássica da colônia com o seu padrão metropolitano, isto é, a produzir matérias-primas e a servir-lhe de mercado exclusivo. A única diferença é que agora essa relação está encoberta por uma aparência de ajuda e solicitude, uma das formas mais subtis do neocolonialismo (NKRUMAH, 1951, p. 290).

O neocolonialismo apresenta-se em várias formas na África não só no domínio econômico, mas também em setor da educação como um dos maiores espaço de fomento da permanência do neocolonialismo simbólico, porque apoios recebidos da educação por exemplo dos materiais didáticos são produzidos na língua deles.

Os Estados africanos pós independência são formados no modelo de suas metrópoles, naturalmente, tiveram problema do modelo de aparelho burocrático capitalista que estão a seguir. Fez disso um Estado dependente que não conseguem se manter financeiramente e economicamente, a dependência vem sustentando o neocolonialismo, podemos observar a fala do Kwame Nkrumah,

a forma que o neocolonialismo apresenta hoje em África reveste-se de alguns destes traços. Atua encoberto, manobrando homens e governos, liberto do estigma da dominação política. Cria Estados-clientes, que são independentes no papel mas que, na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial que supostamente lhes deu a independência. É uma das diversas espécies de países independentes que, no plano político, gozam de uma independência formal, mas que, de facto, estão encurralados na rede da dependência financeira e diplomática (NKRUMAH, 1951, p. 288).

As metrópoles impuseram certos acordos aos países da África, e garantindo o controlo da sua política externa, manejando o próprio Estado local e seus líderes. É difícil sair dessa dependência enquanto líderes e políticos africanos acreditam que a solução de alguns países da África poderia ser resolvido no seu total com ajuda dos seus metrópoles, vale salientar que, os países que compõem o continente africano precisa se unir para caminhar juntos, realmente a possível solução do avanço do continente é a unidade política comum, e o modelo de estado de acordo com a realidade de cada país e de outra forma, criar um plano de desenvolvimento econômico.

2.3. CRIAÇÃO DE CONSCIÊNCIAS EMBRIONÁRIAS PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

A década de 1950 foi reconhecida como de resistências dos movimentos urbanos. “Este período constitui um marco na criação de consciências embrionárias, em particular nas colônias africanas de Portugal a partir da inserção dos estudantes africanos na casa do império, sinalizando uma nova compreensão das dinâmicas do colonialismo no continente africano” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 44).

Mas as resistências dos nativos continuaram, visto que Portugal não abria a mão da liberdade para com autóctones das colônias africanas, Portanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, e com a carta da ONU que declarou a autonomia das colônias, os líderes nacionalistas das colônias portuguesa, os Estudantes da Casa do Império se organizaram em frente única revestidos de espírito nacionalista, decididos para a contestação das independências e pôr fim ao regime colonial de repressão (CORDEIRO et al, 2012; PINTO, 2011).

Segundo Candé Monteiro (2013), paralelamente a isso, no continente africano, no caso específico da Guiné-Bissau, será marco das proliferações dos partidos/movimentos de libertação de cunho nacionalista no território, culminando assim com a criação dos partidos no território da Guiné portuguesa clandestinamente entre eles,

os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), a união de povos da Guiné (UPG), a reunião democrática africana da Guiné (RDAG), a da Guiné união dos naturais portugueses (UNGP), a união da população libertada da Guiné (UPLG), o movimento de libertação da Guiné (MLG), o movimento para a independência da Guiné (MING), o partido africano para independência (PAI), o movimento anti-colonialista (MAC), que é substituída pela frente revolucionaria africana para a independência nacional (FRAIN) e a frente de libertação nacional da Guiné (FLING) (CANDE, MONTEIRO, 2013, p. 117).

Cabe ressaltar, que estes movimentos têm a base em Senegal e na Guiné-Conacri (países independentes na época). Do mesmo modo que, são independentes e, são países que fazem fronteira com a Guiné-Bissau, fica mais perto para qualquer apoio as estratégias de luta.

As resistências étnicas inauguraram a primeira fase das resistências colonial e deu azo para que surgissem os movimentos que pretendiam tornar autônoma a governação política da futura Guiné-Bissau pelos seus próprios filhos, culminando com a criação de uma frente única da luta de libertação.

Dentre os partidos/movimentos criados na época, o PAIGC veio a se destacar com a proposta de unidade entre os povos, tanto no território bissau-guineense, quanto numa proposta mais ousada de binacionalidade - unidade entre os povos da Guiné e Cabo Verde (TOMÁS, 2008).

Nesta senda, o projeto político do partido era de “nacionalizar” essas comunidades étnicas identificando-as num destino comum, com a mobilização da massa rural e movimentos urbano promovendo a unidade, fazendo com que o inimigo se torne comum, numa ótica de união cultural e étnica, de formar uma única frente de luta armada para a soberania total.

Os manuscritos dos autores António Tomás (2008) e António E. Duarte Silva (2006) evidenciam como foram os bastidores da criação dos movimentos nacionalistas guineenses e cabo verdianos entre 1959 e 1960, como parte do projeto ideológico de Amílcar para formar uma organização suprapartidária (SILVA, 2006; TOMÁS, 2008). Foi nessa reunião que se definia como uma estrutura política aberta a todas as organizações sindicais que estão interessadas na independência da Guiné e Cabo verde, para reafirmar a política de unidade Guiné Cabo Verde.

Entretanto, a ideia de independência baseada na unidade entre os povos surgiu na capital Bissau, zona urbana, mas a base de reunião era instalada no país vizinho (Conacri), devido à repressão colonial. Porém estas elites crioula guineense que notaram que era necessário a independência política, fizeram suas primeiras articulações políticas na base da clandestinidade, porque existia Polícia Internacional de Defesa Nacional Portuguesa (PIDE) que não os permitia, não tinha como formar uma base ou sede do movimento em capital Bissau (SILVA, 2006).

A PIDE fazia vigias e perseguiram os nacionalistas e tinham interesse em defesa nacional portuguesa. E como estratégia política os movimentos instalavam-se e reuniam em Países vizinhos (SILVA, 2006).

Por sua vez, os movimentos urbanos tinham olhares na destruição do governo colonial português, e construir um estado guineense e cabo verdiano, e que respeita a cultura e a identidade dos povos como uma nação autônoma, com caráter partidário, essas organizações objetivaram a liquidação do sistema colonial.

Em virtude disso, o PAIGC foi o partido/movimento a destacar neste processo feito durante a contestação da soberania nacional, lembrando que foi reconhecido no âmbito da atuação na luta armada pelas organizações como a OUA e alguns países de norte da África como Argélia, que se comprometeu treinar os primeiros guerrilheiros do movimento. Alguns países se destacaram em dar suporte ao desenvolvimento da luta, a exemplo de “Marrocos permitiu a instalação de várias organizações das colônias portuguesas no seu território. Além da antiga União Soviética (URSS) e Cuba, que reuniam condições e apoiaram com materiais para que a luta surtisse efeito, tinha como suporte a mobilização da população” (TOMÁS, 2008, p. 149).

A década de 1960 é um marco histórico pelas colônias de Portugal. Na Guiné-portuguesa, foi nessa época que a luta armada deu início em 23 de janeiro de 1963, o momento em que o PAIGC lança a sua guerrilha contra os imperialistas portugueses após tantas crueldades contra o povo, como no caso da resistência dos grevistas do porto

*pindjiguiti*¹ de Bissau, considerado o mais violento e sangrento, massacre em 3 de agosto de 1959, conhecida como “Massacre de *Pindjiguiti*”. O Massacre de *Pindjiguiti* forjou o início da ofensiva militar, quatro (4) anos depois se iniciou a guerra de libertação, exatamente no dia 23 de janeiro de 1963. Desencadeou-se um ataque ao quartel de Tite, sul do país, que veio a terminar em 24 de setembro de 1973 a independência declarada unilateralmente em Boe, zona leste do país e, posteriormente reconhecido no dia 2 de novembro pela ONU.

Portanto, o que levou alguns dos movimentos a não se destacarem no processo da luta armada, como movimento de libertação no caso da MLG (Movimento de Libertação da Guiné) que recusa a incorporar no PAIGC, tem a ver com a divergência das ideias e, em outro sentido, não estiveram no campo para a mobilização da população e da massa camponesa nem residia em Bissau, contudo, teve a mesma ideia em comum, isto é, da liquidação do sistema colonial português neste caso (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Por outro lado, o PAIGC fez a mobilização não só das pessoas residentes na cidade, mas incorporaram as pessoas da zona rural e os grupos étnicos, isso foi um pontapé de saída e serviu como alicerce para uma luta armada consolidada para a independência, enquanto que outros movimentos não fizeram a atividade do mesmo caráter, e isso foi o fracasso e desaparecimento de alguns no cenário da contestação da independência política na Guiné-Bissau.

Em linhas gerais, a queda desses movimentos, também se deve a fraca participação nas mobilizações populares. Além disso, não estavam na linha do pensamento que o PAIGC defendia, a unificação dos dois países.

Amílcar Cabral era membro da união africana, defendia a sua ideologia de união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, na linha de pensamento da matriz pan-africanista. Segundo Cabral (1945), a luta pela unidade da Guiné e Cabo Verde é a própria natureza histórica desses dois países que impulsionou o movimento pela libertação.

¹ Um dos acontecimentos que antecedeu o início da luta armada da Guiné-Bissau, iniciou em 3 de Agosto de 1959 com funcionários de um dos portos de Bissau chamado *Pindjiguiti*. Estes trabalhadores, marinheiros e estivadores organizaram greve reivindicando ao governo colonial aumento do salário. Foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, policia e militares culminando com vários mortos e centenas de feridos (SILVA, 2006).

3. A FORMAÇÃO DE UM ESTADO AFRICANO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Este país conta com a densidade territorial de 36. 125 quilômetros quadrados de área, e está situado na costa ocidental de África. Limitada a leste e a sul pela República da Guiné-Conacri, a oeste pelo Oceano Atlântico e a norte pela República do Senegal, sofreu invasão dos portugueses no ano 1446 período do século XV (GUINÉ-BISSAU, 2017). A Guiné-Bissau começou a sua luta armada em 23 de janeiro de 1963 desencadeado pelo movimento para a independência conhecido como partido africano para a independência da Guine e Cabo verde (PAIGC).

O período pós-independência compreende os anos entre 1973 e 1974, período em que os portugueses reconhecem a independência, um ano depois da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973.

A formação do governo após a independência baseou-se, praticamente, nos líderes do PAIGC, sem a participação de outras classes, principalmente os mais velhos considerados veteranos da resistência, como eram chamados na época, visto que esses, além de terem experiências e maturidade, tinham sentido profundo no processo da luta e poderiam ser chamados como conselheiros e orientadores, o que não foi observado na primeira formação do governo.

Na formação do governo pós-independência, foi possível perceber que houve uma falha sem a participação desses, pois, podiam ocupar cargos de conselheiros com assento no parlamento. Pois tinham um papel importante no que diz respeito a algumas mediações dos problemas que já passaram no país.

De acordo com o estudo realizado por Rocha e Zavale (2015), é possível perceber que a ausência dos régulos/autoridades tradicionais na formação do governo é um problema em vários países africanos após independência. Ainda segundo os autores, alguns governos africanos pós-independência não reconheceram o papel das autoridades tradicionais/régulos, entendendo que esses haviam colaborados com administração colonial, entretanto, não podiam fazer parte da administração anticolonial.

Na Guiné-Bissau é possível compreender que havia um plano de governança diferente do que foi executado pós-independência, mas devido à situação política da época, que culminou com a morte do Amílcar Cabral um dos fundadores do PAIGC, não foi possível realizar ou executar esse plano. Todavia, o primeiro governo foi formado pelos líderes do mesmo partido do Cabral.

Nesse caso, pode-se afirmar que a formação do governo pós-independência na Guiné-Bissau se baseou no modelo do estado-nação ocidental, sem levar em consideração a nossa realidade, a inclusão das autoridades tradicionais, assim fazendo desvaler a importância que essas tinham durante o processo da luta armada. Esses fatos podem ser motivos pelos quais houve muitos problemas após a formação do primeiro governo.

O Estado pós-independência é um período liderado pelo partido único PAIGC que liderou o processo da independência, foram estes dirigentes do partido que não tiveram preparo administrativo para assumir o aparelho do estado, apenas tiveram formação política e militar, implicou de forma acentuada o início dessa formação, um Estado construído com grandes dificuldades, porque foi formado pós-guerra e que não foram postos planos elaborados antes.

O PAIGC como partido libertador formou o estado, de forma ambiciosa, em que o poder ou então os ministérios chaves do país concentravam nas mãos dos dirigentes do partido, isso que Carlos Cardoso (2002) cita num dos seus trabalhos de “centralização do poder”. Acresce que, tudo foi ao contrário do que Cabral tinha pensado, depois de o PAIGC conceder a independência deveria haver a descentralizações dos ministérios, não deveria concentrar-se tudo em Bissau capital do país, um palácio presidencial, isso é um sinal claro de formação de uma elite que poderá tornar-se um grupo privilegiado, naturalmente, como a formação do estado pós-independência. O país estava vinculado ao sistema marxista leninista de partido único em que a estruturação deste estado devia ser implantada uma sociedade mais justa e igualitária o que seria difícil para Guiné-Bissau.

Desde que o próprio Estado não assumiu seus valores culturais dentro da estrutura administrativa, fez com que isso se refletisse até os dias atuais da sociedade guineense. Esse afastamento de valores culturais do mesmo modo reduziu a frequência dos governantes nas regiões rurais, verificado desde o início da formação do Estado pós independência, através da concentração de todos os órgãos superiores legítimos em capital Bissau. As pessoas que vivem nas cidades do interior, passaram a não saber lidar com o estado, porque não foram solicitados ou então explicados sobre o que é Estado ou um governo.

Ainda por cima, nos anos de 1980 já havia pessoas regressando dos estudos no estrangeiro que poderiam dar o apoio a essa formação do estado, mas foram criadas barreiras.

Foi tenebroso o processo da estruturação do governo pós-independência, o Estado da Guiné-Bissau nasceu sem alicerce o que quer dizer que não havia um número

significante de quadros técnicos e superiores que podiam dar contribuição na garantia do funcionamento do estado na época, os maiores desafios é a forma de lidar com o aparelho administrativo, politicamente e economicamente.

Vale enfatizar que o Estado foi formado no momento em que havia falência dos Estados comunistas socialistas, que eles foram seguidores, já não havia mais apoio por parte destes (SEMEDO, 2010).

Pois, isso fez com que o Estado guineense participasse dos países que recebiam apoio do (FMI e BM) nas dívidas para construir uma nova economia financeira. Vale salientar que até final do ano 2019 o estado guineense não tem uma economia que pode auto sustentar as suas despesas públicas, por exemplo, da moeda CFA das ex-colônias francesa consumida no país pelo fato de fazer parte da UEMOA. Isso parece uma colonização econômica. Desse modo, o país precisa voltar a consumir a sua própria moeda.

3.1. ABERTURA DEMOCRÁTICA E SURGIMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU

Vale ressaltar que existiam partidos na época da contestação ao governo colonial, e estes são conhecidos como partidos movimentos a favor da independência política que estava sob controle dos imperialistas portugueses, no entanto, no desenrolar dessa contestação alguns partidos movimentos desistiram, após a contestação e alcançada a independência passou alguns anos do sistema monopartidária, o país veio a abraçar o sistema democrático.

A democracia é uma palavra cujas origens remontam à Grécia antiga, é um sistema de governo especificamente da cidade de Atenas no século IV a.c., (SILVA e OLIVEIRA, 2012). Quer dizer que o poder está nas mãos do povo e sua regra fundamental está na escolha da maioria, considerada decisão coletiva (INSTITUTO BOBBIO, 2011; BOBBIO, 1986; HOFFE, 2005).

A democracia tem por principal fundamento a igualdade de todos perante a lei, ou seja, a igualdade de todos perante o poder. Assim tornou-se uma forma de decisões do povo para a escolha do seu representante. Historicamente, a democracia foi restituída em meados do século XIX, reconhecido pelo significativo número de alguns países, no caso de continente africano em geral, e só veio a surgir no século XX, após a desocupação colonial.

No caso da Guiné-Bissau após a independência em 1973 declarada unilateralmente e reconhecido pelo Portugal um ano depois em (10 de setembro) pondo fim ao regime colonial, o PAIGC assume o poder entre dois países liderado por Luís Cabral a partir do ano de 1973 até nos finais da década de 1980, sob a forma de governação do estado comunista e veio a sofrer golpe do Estado² encabeçado pelo então comandante João Bernardo Nino Vieira combatente do mesmo partido.

Importante enfatizar que, esse golpe é o marco do término da união política dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assumiu o poder Nino Vieira como presidente da República da Guiné-Bissau, e também do PAIGC. Vieira, era considerado de preferência para governar o país, na época o estado estava no sistema de governação de modelo socialismo real de monopartidarismo (partido único), onde as decisões políticas eram tomadas pelo partido sem a participação do poder da população.

A década de 1990 foi o marco de abertura democrática cuja o debate se desenhou em 1993, esta discussão teve na origem de surgimento de novos partidos em oposição ao regime duradouro do partido único. Nos finais dos anos 1989 com o desabamento do sistema socialista, a Guiné-Bissau, começou a ser assombrado pela questão da democracia segundo Carlos Cardoso,

Seguindo-se lhe uma perda de credibilidade dos países que o representavam, criaram-se as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir. A nível interno de África tinha-se igualmente chegado à conclusão que o sistema de partido único bem como a ausência da democracia tinham sido uma das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência (CARDOSO, 1996 p. 259).

O estado guineense na época estava muito frágil e despreparado perante o novo modelo a ser seguido sem propostas de um debate qualificado que repensasse a realidade social do país. Essa democracia antes de ser adotada, a elite política na época precisava saber o que é a democracia? a quem interessava a democracia? A população e própria classe política, precisavam no mínimo possuir artefatos básicos para a compreensão da sua finalidade política.

² Este golpe que é legitimado por várias situações, a falta de harmonização na nova constituição das duas Repúblicas, que levou aos guineenses sentindo se a ser tratados desiguais “fato que em Cabo-verde ser necessária a cidadania cabo-verdiana para assumir um cargo público particularmente, o de primeiro-ministro e o de presidência da República; por sua vez, na Guiné-Bissau, enquanto a constituição cabo verdiana bania a pena de morte, a da Guiné-Bissau manteve-a”, (LÊ MENDY, 1993, p.31). Muito embora não é centro do nosso trabalho trouxemo-lo só para situar o leitor do motivo que obrigou a expulsão do Luís Cabral na presidência da República.

Sem esse debate profundo o país foi forjado em 3 de julho de 1994 a realização da primeira eleição livre para presidente da república e deputados da Assembleia Nacional Popular (ANP). Nessa eleição, participaram novos partidos políticos, sintonizados no interesse comum de ir ao encontro das necessidades do povo e de promover o desenvolvimento, o bem-estar social e erradicar a pobreza. Esta eleição teve como vencedor o PAIGC (partido que conduziu o processo da independência), e que estava no poder desde a proclamação da República até os adventos da democracia, em 1993.

Na sua tese de doutorado sobre o processo de luta de libertação nacional e construção do estado nacional na Guiné-Bissau, a Candé Monteiro (2013) afirma que,

Com a abertura multipartidária, havia surgido partidos, alguns desses saíram do PAIGC devido ao não entendimento da parte dos membros, a autora ainda mostra que, é bom legitimar que havia partidos que foram criados desde a época da libertação por exemplo FLING que ressurgiu de novo no cenário político guineense na disputa para governar o país” (CANDE MONTEIRO, 2013, p. 245).

Entretanto Nino Vieira como presidente, não cumpriu o seu mandato devido à guerra civil que afetou o país em 1998, sendo obrigado a pedir o exílio para Portugal. O país então, ficou sob governo de transição de 1999 a 2000, tomou posse interinamente o presidente da Assembleia Nacional Popular na época Malam Bacai Sanha, e tendo como o primeiro-ministro Francisco Jose Fadul. Perante a instabilidade política, a forma de saída da crise era a eleição, mas, a eleição é simplesmente um mero instrumento de praticar a democracia, a própria crise tem a ver com a incapacidade do estado e das lideranças políticas que o compõem em consolidar um processo democrático firme e um Estado forte politicamente e economicamente, uma nação consolidada, assente na separação nítida dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e respeito incondicional as regras da soberania e do estado de direito democrático.

Infelizmente, a experiência democrática na Guiné-Bissau é ainda muito frágil devido à ambição dos líderes partidários, Ricardo Ossagô de Carvalho (2016) afirma que, a continuação de persistência de instabilidade ameaça a democracia, pôs em causa falta de confiança dos parceiros internacionais e levantamento de sanções na cooperação com a Guiné-Bissau.

E em 1999 foram feitas as eleições, legislativas e presidências. A legislativa foi vencida pelo PRS (Partido da Renovação Social) e presidencial teve segundo turno em 2000 e Koumba Yalá, apoiado pelo partido que fundou, saiu vencedor e tomou posse em fevereiro de 2000.

Portanto, após estas eleições que conduziu o líder do PRS no poder, tudo parecia caminhando bem, o povo com a esperança da melhor governação possível dos que já foram, mas não houve entendimento no seio dos governantes e acabou por trocar quatro primeiros-ministros durante o mandato. Some-se a isso, o aumentando de dívidas externas, dos financiamentos recebidos e também havia dívidas dos funcionários públicos. Não bastou este imbróglio, foi deposto o presidente em exercício o Yalá em 2003, na fala de Teixeira (2008, p.24) “A política de golpe de Estado em Guiné-Bissau fez-se novamente presente em 14 de setembro de 2003, quando Yalá foi deposto da Presidência da República pelo Chefe do Estado Maior, Veríssimo Seabra, sob a acusação de corrupção do governo de Kumba Yalá”. Vale salientar que, a instabilidade política, econômica e cultural é uma das condições para o sucesso do golpe do estado, nessa senda acontece de novo o regresso temporário do poder para as mãos dos militares.

Nas pesquisas feitas em teses e artigos, há autores que levantaram hipóteses de que os militares são fatores principais da instabilidade da Guiné-Bissau por conta dos sucessivos golpes de Estado conduzidos por estes, ou seja, todos os golpes tinham sido protagonizados pelos militares. Vale salientar que, as sucessivas instabilidades no país, sempre teve mãos ocultas dos políticos que associavam aos militares. A única exceção é da crise política de 2014 a princípio de 2020, paralisou o país, que pode ser ainda considerado sem a intervenção dos militares.

A situação política que se vive hoje na Guiné-Bissau, resultante de várias crises e golpes de estado, tem a ver com carência de políticos ou dirigentes compromissados com questões nacionais. E não só, como também a falta de interesse da população com as questões políticas e do estado, isto é, da exigência do valor dos votos e das promessas proferidas durante as campanhas que visam a construção de uma política pública, promovendo o bem-estar social.

É importante que o Estado crie condições para com a população, em particular, os funcionários públicos, tanto militares quanto professores, para que não haja mais golpes e instabilidades políticas na Guiné-Bissau e se abnegassem dos discursos separatistas que possam levar graves situações na sociedade guineense. Em linhas gerais, o multipartidarismo trouxe com ele as novas narrativas políticas que algumas lideranças políticas incorporaram durante o processo político eleitoral e tentaram implementá-lo a todo o custo na sociedade guineense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a ocupação do espaço físico africano os líderes tomaram conhecimento nacionalistas para a independência e nacionalizar os grupos étnicos que eram divididos para uma luta contra o inimigo comum, porque grupos étnicos sempre criam revoltas sobre ocupação do seu território significa que a luta deles eram dispersas. Desencadearam luta comum em vários países da África que alcançaram sua independência pela via armada.

No entanto, com essas independências as metrópoles continuavam impondo certos acordos aos países africanos, através de ajudas em diferentes setores que Estados africanos precisam. É difícil sair dessa dependência enquanto líderes e políticos africanos acreditam que a solução de alguns países da África poderia ser resolvido no seu total com ajuda de suas metrópoles, vale salientar que, os países que compõem o continente africano precisam se unir para caminhar juntos, realmente a possível solução do avanço do continente é a unidade política comum, e o modelo de Estado de acordo com a realidade de cada país e de outra forma, criar um plano de desenvolvimento econômico.

Entretanto, na Guiné-Bissau os movimentos urbanos tinham olhares na destruição do governo colonial português, e construir um estado guineense e cabo verdiano, e que respeite a cultura e a identidade dos povos como uma nação autônoma, com caráter partidário, essas organizações objetivaram a liquidação do sistema colonial.

Amílcar Cabral era membro do partido que desencadeou a luta pela independência e membro da união africana, defendia a sua ideologia de união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, na linha de pensamento da matriz pan-africanista. E construindo um Estado consistente que não foi nada fácil para seus companheiros de luta após a independência.

Foi tenebroso o processo da estruturação do governo pós-independência, o Estado da Guiné-Bissau nasceu sem alicerce o que quer dizer que não havia um número significativo de quadros técnicos e superiores que podiam dar contribuição na garantia do funcionamento do Estado na época, os maiores desafios desde o início da formação do Estado era a concentração de todos os órgãos superiores legítimos em capital Bissau. As pessoas que vivem nos interiores passaram a não saber lidar com o Estado, porque não foram solicitados ou então explicados sobre o que é Estado ou um governo e os próprios governantes têm grandes desafios na forma de lidar com o aparelho administrativo, politicamente e economicamente.

O PAIGC assume o poder entre dois países liderado por Luís Cabral a partir do ano de 1973 até nos finais da década de 1980, sob a forma de governança do Estado comunista e veio a sofrer golpe do Estado encabeçado pelo então comandante João Bernardo Nino Vieira combatente do mesmo partido.

Importante enfatizar que, esse golpe é o marco do término da união política dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assumiu o poder Nino Vieira como presidente da República da Guiné-Bissau. Vieira, era considerado de preferência para governar o país, na época o estado estava no sistema de governo de modelo socialismo real de monopartidarismo (partido único), onde as decisões políticas eram tomadas pelo partido sem a participação do poder da população.

Conclui-se que o país abraçou o sistema democrático para dar oportunidade ao poder do povo nas suas escolhas e decisões mas, infelizmente a experiência democrática na Guiné-Bissau é ainda muito frágil devido à ambição dos líderes partidários.

A situação política que se vive hoje na Guiné-Bissau, resultante de várias crises e golpes de estado, tem a ver com carência de políticos ou dirigentes compromissados com questões nacionais. E não só, como também a falta de interesse da população com as questões políticas e do Estado, isto é, da exigência do valor dos votos e das promessas proferidas durante as campanhas que visam a construção de uma política pública, promovendo o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

AIMÈ, Césaire. **Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da Cosa, Augusto Sá da Costa, Lda. Rua Garrett 100-102, Lisboa 1ª edição, 1978

BOBBIO, N. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo** / tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CABRAL, A. **Unidade e luta**. Um Poema de Amílcar Cabral-Praia, Cabo Verde, 1945.

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões Entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** / Salvador, 2013.

CARDOSO, C. **Guiné-Bissau: um País de tribalismo? Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaios**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, 1996, 264 P.

CARDOSO, C. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa 2002
Disponível em: (http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=24).
Acessado em: 14. 09. 2019.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política Externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: Crises Multidimensionais e o Papel dos Organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)** / Ricardo Ossagô de Carvalho. - - 2016. 251 f.

CORDEIRO, R. S.; DIAS, A. R.; LAET, L. **Resistências africanas ao domínio colonial português: Um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné-Bissau**. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. 2012.

GUINÉ-BISSAU. Geografia Sem Fronteira, 2017. Disponível em:
<http://umaviagemsemfronteiras.blogspot.com/2017/05/guine-bissau-localizacao-localizada-na.html>. Acessado em: 21.01.2020.

HOFFE, O. **A democracia no mundo de hoje** \ Otfried Hoffe; tradução Tito Lívio Cruz Romão; [revisão da tradução Luiz Moreira]. – São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção biblioteca universal).

INSTITUTO NORBERTO BOBBIO: **Democracia: Origem história**. Publicado em 06.06.2011.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes, Civilização brasileira Rio de Janeiro 2007.

MENDY, P. M. K. **A herança colonial e o desafio da integração**. Soronda 16- Revista dos Estudos Bissau-guineense, Guiné-Bissau, INEP, 1993.

ROCHA, J. A. O.; ZAVALA, G. J. B. **O desenvolvimento do poder local em África: o caso dos municípios em Moçambique**- cadernos de estudos africanos, 2015.

NKRUMAH, Kwame. **O neocolonialismo em África**. Sanches, Manuela Ribeiro (org), Malhas que os impérios tecem. - (Lugar da história) textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. 1951

PINTO, Bruno César (2011). **Formação do Estado Guineense**. Disponível em: (<http://www.didinho.org/Arquivo/FORMACAODOESTADOGUINEENSE.htm>).
Acessado em 02.10.2019.

SEMEDO, J. R. **O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios Político-institucionais**. 7.º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS | 7.º CONGRESO DE ESTUDIOS AFRICANOS | 7TH CONGRESS OF AFRICAN STUDIES LISBOA, 2010.

SILVA, A. E. D. “**Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC**”, Cadernos de Estudos Africanos [Online], 9/10 | 2006, posto online no dia 27 Maio 2014, consultado o 25. 07. 2019.

SILVA, A. S.; OLIVEIRA, J. S. **Democracia Grega democracia e Cidadania: da Grécia Antiga a Atualidade**. Disponível em: adrianohistoriaunebjequeie.blgspot.com.br. 2012.

TEIXEIRA, R. J. D. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006** – Recife, 2008.

TÔMAS, A. **O fazedor de utopia: uma biografia de Amílcar Cabral**. 2. ed. [s.l.]: Tinta da China, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos**. 3.ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2014.